

Eliseu Padilha Vitória dará força às reformas

■ Se for reeleito no 1º turno, Presidente cobrará urgência

A vitória no primeiro turno sempre foi o objetivo do presidente Fernando Henrique desde o início da campanha. Para que, com a força política das urnas, ele pudesse cobrar do Congresso pressa na votação das reformas constitucionais que ainda estão pendentes - a conclusão da reforma da Previdência e a regulamentação da reforma administrativa. Com o agravamento da crise econômica, que aconteceu no início de setembro, esta vitória em primeiro turno e com ampla margem de votos passou a ser fundamental. O Governo tem urgência. Confirmado como presidente da República por mais quatro anos, raciocina o presidente Fernando Henrique, ele terá mais condições de negociar interna e também externamente.

Por conta dessa pressa, no momento em que estiver com a vitória oficialmente assegurada, o presidente Fernando Henrique vai fazer um apelo ao Congresso para que aprove rapidamente as reformas e analise o Orçamento da União com os cortes determinados pela equipe econômica. Com essa estratégia, o Presidente pretende colher logo as reformas do Congresso e, assim, não repetir o erro cometido em 94, quando houve demora em enviar as propostas ao Congresso e, quando elas foram enviadas, o Governo já estava em processo de desgaste - o que naturalmente acontece - e não foram concluídas até hoje.

O cronograma estabelecido pelo Governo prevê a conclusão da reforma da Previdência ainda em outubro - ou no máximo, na primeira semana de novembro. Nesta ocasião, com o segundo turno nos estados já definido, o Presidente iniciará negociações com os governadores eleitos em torno da reforma tributária - que ainda está em discussão pela equipe econômica. A ideia do Governo é usar toda a força política do Presidente para fazer prevalecer o modelo tributário simplificado que desonere a produção

e, ao mesmo tempo, amplie a base de contribuição. E quanto mais rápida for sua aprovação, melhor. Sabe o Governo, no entanto, que nem todas as mudanças poderão vigorar a partir do ano que vem. Um assessor do Ministério da Fazenda lembra que, quando o assunto foi discutido há um ano, surgiram reações dos estados do Centro-Sul.

Novo Governo

Por causa de crise econômica, o presidente Fernando Henrique já avisou a seus aliados que não pretende precipitar a discussão sobre a composição do ministério no novo governo. O Presidente não quer repetir o desgaste ocorrido na última reforma ministerial, quando publicamente os partidos disputaram espaço no governo.

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que é um dos líderes do PMDB, chegou a sugerir ao Presidente que só anuncie o ministério do novo governo em fevereiro do ano que vem - quase dois meses depois de sua posse, justamente para evitar disputas durante a votação das reformas pendentes. Conforme a sugestão de Padilha, o Presidente diria quais dos atuais ministros iriam permanecer nos postos; e os que vagarem, seriam ocupados por secretários-executivos como ministros interinos.

A sugestão do ministro Padilha, no entanto, não é apreciada por outros aliados. Com o seguinte argumento: governo novo deve ter cara nova e desde o primeiro dia.

De qualquer maneira, o presidente Fernando Henrique não abrirá a discussão sobre a divisão de cargos no governo. Ele disse a seus aliados que a composição do governo terá a fisionomia das urnas - ou seja, todos estarão representados conforme a força com que saírem das urnas. Esta discussão, no entanto, não poderá ser iniciada antes de decidido o segundo turno nas eleições.

CRISTIANA LÔBO

Repórter do Jornal de Brasília